

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O custo da criminalidade



Não é por acaso que as populações latino-americanas são as mais desiguais e delinquentes do mundo. Os crimes levam à degradação econômica, que, por sua vez, incentiva mais crimes

O combate ao crime é, antes de tudo, uma questão de defesa de direitos fundamentais, a começar pelo direito à vida. Mas é também uma questão econômica. Há um círculo vicioso entre crime e pobreza. A degradação econômica incentiva o crime, e o crime deteriora a atividade econômica. Não por coincidência a América Latina é a região mais desigual e a mais homicida do mundo. Conforme o índice Gini de desigualdade, a região está 15% acima da segunda região mais desigual, a África Subsaariana, e

50% acima das regiões mais igualitárias, como a Europa. Com 8% da população do planeta, a América Latina responde por 40% de seus homicídios.

As relações de causa e efeito entre a redução do crime e o crescimento econômico, e vice-versa, são fáceis de inferir, mas difíceis de mensurar. Os custos diretos da violência incluem perdas de produção (de bens e serviços) e de recursos (a produtividade das vítimas e dos criminosos), além dos gastos com segurança que poderiam ser investidos em atividades produtivas. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento, o crime custa 3,6% do PIB dos países latino-americanos, duas vezes mais que nos países desenvolvidos e o equivalente aos gastos da região com infraestrutura e à renda dos 30% mais pobres. Fora os custos indiretos, como menos oportunidades de emprego, mais emigração, erosão das instituições, corrupção, e as consequentes perdas de investimentos. Tudo isso empobrece a população e estimula mais violência, perpetuando o já mencionado círculo vicioso.

O FMI estima que na América Latina um aumento de 30% nos homicídios reduz o crescimento em 0,14 ponto percentual. Inversamente, se o crime fosse reduzido à média mundial, o crescimento anual aumentaria 0,5 ponto percentual, cerca de um terço do crescimento atual.

Um dos motivos pelos quais o crime é tão prevalente na América Latina é porque ele compensa. Os ganhos são altos em relação à economia legal, e a chance de os criminosos serem pegos é pequena. Menos de 10% dos homicídios na região são solucionados. O contingente de jovens que não estuda nem trabalha é alto, o que pede mais programas de formação. O sistema de Justiça frequente falha em suas tarefas, o que pede mais capacitação da polícia e melhorias no sistema judiciário e prisional. A expansão do crime organizado agrava estes fatores. Países outrora seguros, como Equador, Chile ou Costa Rica, sofreram uma escalada da violência após se tornarem entrepostos do narcotráfico.

Mas a região também tem alguns dos países que reprimiram mais eficaz-

mente a violência. Os homicídios são extraordinariamente concentrados: cerca de 80% das mortes violentas na América Latina ocorrem em 2% de suas ruas. Estatísticas podem ajudar a polícia a realizar prisões e prevenir crimes. Nos anos 90, a Colômbia era um dos países mais violentos da região. A prefeitura de Cali estabeleceu "observatórios da violência" para estudar como localidades e comportamentos favorecem assassinatos. Muitos resultam de rixas entre indivíduos embriagados. Restrições ao álcool e armas ajudaram a cortar os homicídios em 35%. Cidades como Medellín utilizaram esse policiamento baseado em evidências para reprimir cartéis de drogas. A Justiça puniu mais criminosos, os cidadãos sentiram que as ruas estavam mais seguras e as ruas mais povoadas desencorajaram os criminosos. Entre 1995 e 2017, a taxa de homicídios da Colômbia caiu de 70 por 100 mil habitantes para 24, a menor em 40 anos.

Uma das razões da violência exorbitante na América Latina é que a região se urbanizou uma geração antes de outras áreas em desenvolvimento. Agora a violência cresce nessas regiões também. Assim como a América Latina liderou a alta de homicídios no mundo, pode liderar a sua baixa. O fortalecimento do Estado de Direito beneficiará, a um tempo, o combate ao crime e o crescimento econômico. Com segurança pública baseada em evidências, os latino-americanos podem antecipar para outros países os antídotos e remédios para a doença do crime, evitar indizíveis tragédias de suas vítimas e enriquecer toda a sua população. ●

Municipalismo distorcido

Pesquisa da CNM revela que muitos municípios não conseguem manter finanças em ordem. Não são raras as cidades que nem deveriam existir como entes político-administrativos autônomos

A Constituição de 1988 foi certa ao conferir ao município um poder político e administrativo compatível com a importância deste ente federativo para toda a população. Afinal, como dizia Franco Montoro, "ninguém vive na União ou no Estado, as pessoas vivem no município". Entretanto, ao longo desses 35 anos de vigência da "Constituição Cidadã", o espírito constitucional, eminentemente municipalista, foi distorcido pela criação serial de municípios Brasil afora que não apresentavam a menor condição de existir como entes autônomos, incapazes que são de gerar receitas que, no mínimo, empatem com suas despesas.

Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

sobre o estado das finanças das prefeituras, com foco na capacidade de pagamento do 13.º salário para os servidores, é o retrato mais recente desse descompasso entre o desejo original da sociedade de alçar o município à categoria de ente federativo e a realidade de muitas das 5.568 cidades brasileiras – 1.385 delas criadas pós-1988. De acordo com a pesquisa, 1.969 municípios (44,2% dos respondentes) admitiram que têm débitos em atraso com fornecedores; 26,2% informaram à CNM que fecharão 2023 com as contas no vermelho.

Muitas dessas prefeituras são incapazes não apenas de pagar o 13.º salário de seus servidores nos prazos legais, como constatou a CNM, mas até mesmo de custear a prestação de serviços básicos, como coleta de lixo.

O problema não está circunscrito às Regiões Norte e Nordeste. Em São Paulo, por exemplo, 213 das 582 prefeituras consultadas pela CNM (36,6%) disseram estar com dificuldade para quitar suas obrigações com fornecedores. Ainda que a maioria dos municípios paulistas (61,2%) tenha informado estar com as contas em dia, é preocupante constatar que mais de um terço das cidades do Estado mais rico da Federação não tenha suas finanças equilibradas, o que se reflete, invariavelmente, na qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Há poucos dias, o Estadão publicou uma reportagem revelando que, entre abril de 2022 e abril de 2023, as cidades do interior paulista gastaram R\$ 3,4 bilhões apenas para manter as 664 Câmaras Municipais sob fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. Esse montante foi usado, exclusivamente, para pagar salários e bonificações de 6.908 vereadores e cerca de 25 mil servidores, além de contas de consumo, viagens, serviços de limpeza e acesso à internet. Em muitos casos, esses gastos foram sustentados, no todo ou em parte, por repasses estaduais, via arrecadação do ICMS, e federais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Não se pode afirmar, é claro, que todos os municípios do País que passam por crises financeiras não deve-

riam existir como tais. Ainda que possa haver razões comuns para a baixa arrecadação das prefeituras em diferentes regiões do País, como o populismo de Jair Bolsonaro e a irresponsabilidade do Congresso ao chancelar a tentativa do ex-presidente de controlar o preço dos combustíveis em ano eleitoral por meio do corte forçado das alíquotas de ICMS, há muitas particularidades locais que não podem ser ignoradas, como má gestão, e que não têm ligação direta com a eventual incapacidade de geração de receitas. Ao mesmo tempo, é inegável que houve municípios criados sob a nova égide constitucional por razões estreitas, como resolução de disputas locais ou acomodação de interesses políticos. A Constituição teria sido respeitada se a criação desses entes federativos se prestasse a melhorar a vida das pessoas.

Agora, é muito difícil reverter essa perversão do municipalismo que inspirou os constituintes originários. A razão é simples: no Congresso Nacional, instituição autorizada a promulgar emendas à Constituição, são muitos os parlamentares que não têm qualquer interesse em abrir mão de municípios que podem até ser inviáveis financeiramente, mas são riquíssimos do ponto de vista político, servindo-lhes muito bem como currais eleitorais e destino de emendas ao Orçamento para lá de suspeitas. ●